

ATA Nº6

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 26 de setembro de 2014.** -----

-----Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, pelas dezoito horas e trinta minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a assembleia municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Graça Matias Gadelho, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 27/06/2014.** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 22 DE JUNHO A 22 DE SETEMBRO DE 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº 2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS – PACTO DE AUTARCAS – PROPOSTA DE ADESÃO;** -----

----- **PONTO TRÊS – ADESÃO DO MUNICÍPIO AO “MAYORS ADAPT” (COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS);** -----

----- **PONTO QUATRO – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – 2014 – 1ª REVISÃO;** -----

----- **PONTO CINCO – DIRIGENTES – CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – COMPOSIÇÃO DOS JÚRIS;** -----

----- **PONTO SEIS - IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXA PARA 2015;** -----

----- **PONTO SETE - DERRAMA – TAXA PARA 2015;** -----

----- **PONTO OITO – PROTOCOLO MUNICÍPIO DE VAGOS / RIABLADES, S.A./ POWER BLADES, S.A. – ISENÇÃO DE DERRAMA;** -----

----- **PONTO NOVE – PLAFESA, S.A. – ISENÇÃO DE IMI E DERRAMA;** -----

----- **PONTO DEZ - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;** -----

----- **PONTO ONZE – DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – ACORDOS DE EXECUÇÃO;** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da assembleia municipal: -----

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Santos Manangão, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, e Liliana dos Santos Barreira, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Manuel da Silva Grave, Ana Paula Mourão Branco, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Diana Marques Santos, Óscar Ferreira Pascoal e António Bastião eleitos na lista do CDS-PP. -----

----- António Carlos da Cruz Maia, Mário Batista Tarenta e Carla Filipa Ferreira Gouveia eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores presidentes das juntas de freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, presidente da junta de freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, presidente da junta de freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, presidente da junta de freguesia de Gafanha da Boa Hora; Fernando José Silva Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza e Fernando Julião, presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Apresentaram pedidos de substituição os senhores deputados Victor Fernando Santos Neto, substituído por Tony Richard Almeida, que tomou posse; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, presidente da junta de freguesia de Ouca substituída por Victor Almeida; Silvério de Jesus Rua, presidente da junta de freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina substituído por Cláudio Curto e Amílcar de Oliveira Raimundo, presidente da junta de freguesia de Santo André de Vagos substituído por Rosa Martins. -----

----- Faltaram à presente sessão a senhora deputada Maria Helena Marques dos Santos. -----

----- Da câmara municipal estiveram presentes os seguintes membros: o presidente da câmara municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os vereadores senhor João Paulo Sousa Gonçalves, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcínia Martins Sereno, senhora Maria do Céu Pereira Sarabando Marques e senhor João Manuel da Cruz Domingues. -----

----- **A – Apreciação e votação das atas da sessão de 27/06/2014.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia 26 de junho de 2014 tendo a mesma sido aprovada **por maioria**, com 2 (duas) abstenções dos senhores deputados Victor Almeida e Tony Richard por não terem estado presentes. -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da assembleia municipal, no período compreendido entre 30 de junho e 26 de setembro de 2014. O senhor presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do regimento da assembleia municipal de Vagos, o senhor presidente informou o órgão deliberativo que a mesa da assembleia municipal justifica a falta dada pelo senhor deputado Victor Fernando Santos Neto à sessão de hoje. -----

----- Seguidamente o senhor presidente da mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- Neste ponto começou por usar da palavra o senhor deputado Tony Richard Almeida e fez referência ao falecimento da senhora Vera Oliveira, vítima de afogamento na praia do Areão, pedindo um

voto de pesar e aproveitar o momento para deixar as condolências à família por esta perda trágica aos trinta e cinco anos. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Óscar Pascoal para saber o ponto de situação das obras da Biblioteca Municipal e se há alguma evolução desde a última assembleia municipal. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado César Grave para saber o ponto de situação das obras da Quinta do Ega e das Folsas. -----

----- Entretanto, o senhor deputado Mário Castelhana usou da palavra para fazer referência a três pontos: um deles relativo ao Centro Escolar de Fonte de Angeão; outro relativo às praias, vigilância, segurança e limpeza, e outro relativo à declaração de perda de mandato do senhor presidente da junta de freguesia de Santo António e Vagos. Começando pelo Centro Escolar de Fonte de Angeão questionou o senhor presidente do porquê de não abrir no início do ano escolar e para quando está previsto que isso aconteça. Relativamente às praias, mais concretamente a praia do Areão, e referindo-se à vigilância, segurança e limpeza fez um reparo, ou seja, foi gasto muito dinheiro mas a verdadeira praia que a maioria das pessoas do concelho de Vagos usou foi a praia do Areão sul. O senhor deputado sabe que a câmara municipal tem tido problemas com a concessão que está a sul do paredão mas este problema tem de ser resolvido. O senhor Mário Castelhana, como tantos outros vaguenses, frequentou essa praia onde a câmara municipal não gastou um cêntimo na limpeza e vigilância. Apesar de saber que aquela zona é concessionada pelo concelho de Mira o que é certo é que é mais utilizada pela população de Vagos. A zona norte do paredão foi limpa mas a zona sul ficou esquecida e, pior que isso, houve uma grande extensão sem qualquer vigilância. O senhor Mário Castelhana acredita que caso houvesse um acidente e fosse necessária a intervenção dos nadadores salvadores tanto os da zona norte como os da zona sul não deixariam de o fazer. Contudo, isto não é solução e está na hora da câmara municipal se responsabilizar pela vigilância, segurança e limpeza de toda a praia, porque o único sítio onde se pode tomar banho em segurança e a mais frequentada é a praia do paredão a sul. A câmara municipal de Mira não está, minimamente, interessada e preocupada com a concessão dessa área e, portanto, terá de ser a câmara de Vagos a zelar por aquele espaço. Concluindo este assunto, o senhor deputado referiu que o dinheiro gasto com a vigilância, segurança e limpeza não serviu à maior parte da população de Vagos e, por isso, o senhor presidente no próximo ano tem de pensar melhor nesta questão e tentar encontrar uma solução. Relativamente à perda de mandato do senhor Fernando Julião, presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António, o senhor deputado referiu não ficou claro na última assembleia o que ele pretendeu transmitir e por isso quis esclarecer: *“Eu não pretendi, nem pretendo, julgar o senhor Fernando Julião, eu deixo isso para os senhores e para os tribunais. Que fique bem claro o seguinte este processo do senhor Fernando Julião remonta a 2010/2011 e se houve auditoria, inspeção e denúncia foi em 2010/2011. Nesta altura, 2010/2011, nenhum de nós que integrou as listas do CDS-PP estava na política, é disto que estamos a falar. Não posso aceitar que gente menos bem formada e menos bem-intencionada e educada ande para aí a denegrir pessoas que deram a cara pelo CDS-PP, inclusive o meu nome e o da Dr.ª Maria do Céu que não temos nada a ver com isto. E que fique claro também que o senhor Fernando sabe bem quem é que o tramou, e isto também é para ser dito aqui, temos de falar claro e, portanto, não foi nenhuma destas pessoas que hoje servem o CDS-PP.*

Lamentamos, também, muito o que lhe aconteceu mas achamos, também estranho que o PSD da altura com tantos juristas de quantidade e qualidade não tenham aconselhado, convenientemente, o senhor Fernando no que lhe concerne ou diz respeito aos procedimentos a adotar na contratação pública. O que, já agora realço, nos protocolos agora celebrados pelo senhor presidente acontece, efetivamente, que contempla lá a legislação que os presidentes devem ter em consideração mormente o 18, mormente o CPA e a legislação 75/2013. Senhor presidente nós estamos aqui, portanto, também em nome da verdade do rigor e da transparência e deixo aqui o meu repúdio de uma campanha cobarde e hipócrita levada a cabo por quem não tem escrúpulos de espécie nenhuma. Se na altura houvesse o protocolo, como eu disse, ainda agora, que o senhor vai fazer com as juntas de freguesia, provavelmente, não teria acontecido isto ao senhor Fernando, que lamentamos. Mas, aqui, também fica o aviso contem connosco senhor presidente, nós estamos aqui para lhe dar uma mão, já que para governar são necessárias as duas mãos. Obrigado, e tenho dito.” -----

----- Seguidamente pediu e usou da palavra o senhor deputado António Bastião para subscrever as palavras ditas pelo senhor deputado Tony Richard, relativamente ao falecimento da senhora Vera Oliveira, propondo um minuto de silêncio em memória da falecida. Outra questão que abordou prende-se com a reativação das feiras em algumas freguesias que no seu entender são uma boa aposta e que dinamiza a economia local dando como exemplo a feira de Soza, por ser a que conhece em concreto, que superou todas as expectativas pelas melhores razões. O senhor deputado falou, ainda, em outras feiras, nomeadamente a FIACOBÁ, a Feira do Vinho e da Vinha, realizadas no concelho de Oliveira de Bairro ou a EXPOFACIC, em Cantanhede, e sugeriu a reativação da extinta FLORIVAGROS. O senhor António Bastião considera este tipo de iniciativas muito importantes para a economia pois é uma forma de os empresários exporem e publicitarem os seus produtos. -----

----- Entretanto, usou da palavra a senhora deputada Diana Santos que começou a sua intervenção chamando à atenção da qualidade da águas das fontes nas freguesias do concelho, referindo-se em concreto às da freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo. De acordo com a senhora Diana Santos há uma fonte em Parada de Cima, Fonte da Moura, cuja água é imprópria para consumo mas não há lá nenhuma placa a informar as pessoas dessa situação. Esta é uma questão de saúde pública, e é notória que ela é imprópria para consumo, e é importante ter a indicação disso. Outro aspeto a ter em consideração, e há já algum tempo que se vem falando deste problema, é o estado das estradas, das pontes e dos estradões do concelho, nomeadamente a estrada em frente à capela de Parada de Cima. Há um pequeno troço em frente à capela, que tem pinhal de um lado e terras de cultivo do outro, que está completamente degradado. Uma outra questão abordada pela senhora deputada prende-se com os cães vadios e abandonados cujo número tem vindo a aumentar cada vez mais no concelho e é necessário tomar medidas para resolver este problema. -----

----- De seguida usou da palavra a senhora deputada Ana Paula Mourão e questionou para quando a ligação da zona industrial de Vagos à A25 ou à zona industrial da Mota. Este é um problema que deve ser pensado e resolvido o quanto antes porque a zona industrial está completamente abandonada e não há qualquer estimulação das empresas. A senhora deputada tem lá instalada uma empresa e todos os dias se confronta com essa situação e com falta de sinalização a indicar a localização da zona industrial

de Vagos, porque todos os dias fornecedores e clientes não conseguem chegar às empresas por falta de sinalização. O executivo camarário tem de tomar providências no sentido de evitar que situações destas continuem a acontecer diariamente. -----

----- Seguidamente usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia para expor duas questões: transportes escolares e rede viária. Relativamente aos transportes escolares a legislação aplicável não está a ser respeitada, ou seja, não respeitam as normas de segurança, nomeadamente no que se refere aos cintos de segurança e à lotação de lugares de acordo com o número de crianças que levam. É um facto que tanto as associações de pais como o agrupamento de escolas procuram solucionar o problema. E porque é que é tanta complicação nesta questão tão simples desde há tantos anos? Perguntou. A câmara não consegue lançar um concurso porque parte do percurso é feito na estrada nacional e fixou-se, aqui, um monopólio onde só uma empresa tem a concessão. Por outro lado a empresa de transportes disse que o transporte que efetua não é exclusivamente escolar e é também público. Sendo assim, a câmara paga a esta transportadora que no fundo não está a cumprir o seu papel, porque na lei nº 300/2006, já lá vão oito anos, estabelece o regime jurídico de transportes coletivos de crianças e jovens até aos 16 anos e esta não está a ser cumprida, porque vê-se sempre crianças a mais, não sentadas e sem cinto de segurança. Segundo o artigo 8º da mesma lei é obrigatório a presença de um adulto, que não o condutor, que seja um vigilante e zele pela segurança das crianças. Relativamente à rede viária voltou a falar na degradação das estradas do concelho e deu dois exemplos: depois dos trabalhos da ADRA em Ouca, e noutras freguesias, cobrir a via com uma camada tão fininha de alcatrão não é aceitável, porque abrem-se rasgos no meio da via, e a senhora deputada perguntou como é que está a questão e como é que está a ser acompanhada; a estrada principal de Salgueiro que não está alcatroada, mas também não faz sentido fazê-lo sem primeiro colocar o saneamento, e por isso, perguntou para quando o saneamento nesta localidade. Concluindo, e seja qual for a resposta a estas duas centrais, levanta-se uma única hipótese que é a constituição de uma comissão municipal do trânsito. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Hermes Fernandes e começou por felicitar a câmara municipal pelas atividades realizadas na praia da Vagueira, no âmbito da época balnear, que este ano foram, claramente, melhores em relação aos anos anteriores com a particularidade de terem sido organizadas com a colaboração das associações. O senhor deputado perguntou se em termos de custos compensou, uma vez que houve alguma discrepância em relação aos anos anteriores. -----

----- Entretanto, pediu e usou da palavra o senhor deputado José Augusto Martins e referiu que se está numa altura difícil para se falar em obras, e este executivo, como todos os outros, atravessam algumas dificuldades mas não quis deixar passar sem perguntar em que ponto se encontram algumas obras tão faladas e tão necessárias para a população. Uma que é preocupação para todo o concelho, mas principalmente para quem utiliza, é a ligação do Boco à Quintã que em tempos de chuva se torna extremamente perigosa causando bastantes acidente e como tal devia ser uma preocupação importante. Outra situação prende-se com a construção dos sintéticos, ou seja, em que ponto está e se a construção dos mesmos poderá por em causa a sustentabilidade da autarquia. Realçou, ainda, as obras na Quinta do Ega e o cais das Folsas, os barracões da arte xávega na praia da Vagueira e a Biblioteca Municipal,

tão falada e tão desejada há tantos anos. Além de tudo isto, uma preocupação de todos, perguntou como decorreu a abertura do novo ano letivo em Vagos. O senhor deputado referiu, ainda, que em Vagos existem e são feitas diversas festas e as pessoas do concelho, que até se dão bem com festas, comentam sobre os gastos feitos e questiona se estes comentários têm algum fundamento, se a câmara municipal reúne condições para suportar estas despesas e é para continuar a fazer, ou vai haver cortes. Também já se falou aqui nas feiras e a feira de Soza para o senhor José Martins é importante, porque é natural de Soza, embora viva em Vagos a alguns anos, mas preocupa-o uma situação que é acerca das placas a sinalização da mesma e questionou o senhor presidente se foi enviada pela câmara alguma informação escrita para o presidente da junta de freguesia para retirar essas placas. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal, antes de passar a palavra ao presidente da câmara para responder às questões colocadas, prestou um esclarecimento: *“A assembleia municipal, sem descuidar da consideração que nos merece qualquer pessoa falecida no concelho daqui natural, ou aqui residente, mais jovem e menos jovem, mais trágico ou menos trágico, é um órgão que presta homenagem e um minuto de silêncio a pessoas que por algum motivo estão ligadas ao órgão ou aos órgãos autárquicos. Quer-me parecer que o caso em questão o da senhora Vera Oliveira não está, nem nunca esteve, ligada aos órgãos autárquicos e, portanto, se formos a aceitar uma situação destas, por muito respeito que tenhamos pela falecida, teríamos de fazer minutos de silêncio por todas as pessoas que falecem como vaguenses e, portanto, eu não acho oportuno que assim seja e que assim se faça. Basta-nos, tão só, a homenagem sentida que foi prestada pelos senhores deputados Tony Richard e António Bastião”*. De seguida passou a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

----- O senhor presidente da câmara usou da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos senhores deputados. Assim sendo, começou pela intervenção do senhor deputado Tony Richard, que fez referência, ele e o senhor deputado António Bastião, ao falecimento da senhora Vera Oliveira ao qual, obviamente, a câmara municipal se associa a um voto de pesar à família, e para mais nas circunstâncias em que aconteceu, tão trágicas. Não foi possível, mesmo com a atuação pronta dos Bombeiros Voluntários de Vagos, da proteção civil e da capitania do Porto de Aveiro, resgatar com vida a Vera. Do mal, o menos, o corpo foi resgatado e, deste modo, poderá a família prestar as últimas homenagens tal como ela merece. Relativamente às questões colocadas pelos senhores Óscar Pascoal, César Grave e José Martins sobre as obras, e ainda bem que perguntam sobre obras que é sinal que elas existe e estão em execução. Algumas delas estão, de facto, com alguns problemas, como é o caso da Biblioteca Municipal e a última novidade é que foi instalado o sistema elevatório, já aqui falado anteriormente, que estava, ainda, em falta e, portanto, o que fica a faltar depois disso são pequenas reparações. A decisão da câmara será tomada em breve e deverá passar pelo encerramento da empreitada, tal como está, e, portanto, ir-se-á passar para a fase seguinte. Esta situação permitiu, embora este atraso não fosse a melhor coisa que aconteceu, porque era preferível ter a biblioteca já a funcionar, a possibilidade de se fazer uma reprogramação financeira, em cerca de trezentos mil euros, e que se for aprovada vai equipar totalmente a biblioteca, nomeadamente no que diz respeito ao fundo documental. A câmara havia feito uma candidatura de cerca de cento e cinquenta mil euros para livros e se for aprovado, como se espera, pela MAIS CENTRO será uma forma de se ter a biblioteca

completamente equipada logo a abrir e não ir adquirindo os livros como era a intenção. Relativamente à Quinta do Ega e Cais das Folsas Novas o problema que existe, neste momento, é só nas Folsas Novas, porque as obras da Quinta do Ega tem algumas pequenas questões que estão a ser resolvidas com a fiscalização, o dono de Obra, a POLIS da RIA, e o empreiteiro mas são pequenas coisas. Aliás, já foi possível realizar o Festival Vagos Open Air naquele local e que foi um grande sucesso e uma grande mais-valia para o concelho. Neste momento, aguarda-se que o empreiteiro retome as obras no Cais das Folsas, porque é aí que reside o único problema, na Quinta do Ega as obras estão concluídas. Obviamente que a POLIS só fará a receção provisória da empreitada quando estas obras, no Cais das Folsas Novas, estiverem concluídas porque a obra é só uma e, portanto, não fará sentido de ser de outra forma. Mas, de qualquer das formas, ainda hoje, e se não fosse assim a obra estaria vedada, a obra está em condições de ser utilizada e ao serviço da população. Em relação à questões do senhor deputado Mário Castelhana, o centro escolar de Fonte de Angeão, mais uma obra desta câmara, obviamente com os méritos todos do anterior executivo que a começou, não abriu no início do ano letivo, como previsto. A câmara municipal, juntamente com as IPSS's e com professores fizeram uma visita ao local, em maio/junho, onde se verificou que a obra estava em condições mas, entretanto, houve um problema com o piso que levantou. Neste momento, estão a ser feitas todas as reparações necessárias que foram detetadas aquando da visita que se fez com os pais, e de outras que já haviam sido detetadas anteriormente, a nível exterior nomeadamente umas vedações adicionais que não estavam previstas no projeto inicial. O senhor presidente informa de que já começaram, hoje, os serviços operativos da câmara municipal a tratar da questão e terça-feira vai realizar-se uma reunião em obra. Aquilo que existe de compromisso com os pais e com o agrupamento, por força desta negociação que houve com o empreiteiro, é que no dia seis de outubro a obra esteja pronta a ser utilizada. Se nesta reunião se verificar que não existem as condições necessárias para receber os alunos e professores conversar-se-á novamente com os pais, com as IPSS's e com o agrupamento. A solução que foi encontrada para colmatar este atraso está a correr bem, embora seja uma solução temporária, e, portanto não há nenhuma pressa insana que leve a mudar as aulas para o centro escolar se ele não estiver de facto em condições de ser utilizado. Como referiu, terça-feira, depois de realizada a reunião com o empreiteiro, será tomada essa decisão. Nas praias a época balnear correu muito bem sobre vários pontos de vista, mesmo nesse ponto de vista referido pelo senhor Mário Castelhana. O senhor presidente fez praia em todas as praias do concelho, inclusive na praia sul do Areão, e de facto notou, precisamente, a situação que referiu exceto no que diz respeito à vigilância, porque o senhor presidente viu nadadores salvadores na concessão. Não compete à câmara municipal fazer essa monitorização, isso é uma competência da Capitania e da Polícia Marítima e o senhor presidente não sabe se o concessionário cumpriu as regras necessárias. O que sabe é que nas concessões do concelho de Vagos se fez um programa integrado, e as concessões do concelho de Vagos entenda-se a concessão da praia do Areão, concessão da praia do Labrego e da praia da Vagueira, de vigilâncias das praias e foi verificado por diversas vezes se estava a ser cumprido esse mesmo plano. O plano integrado permite que haja uma melhor gestão de meios. A concessão a sul ficou, por opção própria, fora deste plano integrado e por esse motivo não é possível esclarecer, aqui, se cumpria exatamente as regras, porque, obviamente, essa não é uma

competência da câmara municipal. O que o senhor presidente pode dizer é que quando se deslocou à praia e esteve lá reparou que estavam lá nadadores salvadores, agora, se cumpriam ou não as regras isso não pode confirmar. Do lado do concelho de Vagos o plano foi cumprido e foi, por diversas vezes, fiscalizado por diversas entidades. Aliás, inclusive levantou-se uma questão, que nunca tinha sido levantada antes, a de uma nova legislação que o ACT anda a verificar que na opinião do senhor presidente, enquanto cidadão, podia ser feita de outra maneira porque, neste momento, os nadadores salvadores têm que ter contrato de trabalho tal como qualquer outro cidadão, mesmo para o trabalho temporário que têm. E, isso, obviamente, implica um agravamento dos custos da operação porque os contratos de trabalho, como se sabe, têm que pagar à segurança social para além de todos os outros impostos e encargos e fazer, também, o pagamento mensal do correspondente ao subsídio de férias e ao subsídio de Natal e o pagamento de indemnização por rescisão do contrato. Portanto, tudo isto agrava muito o custo da operação que no próximo ano terá de ser revista esta situação, porque, de facto, os encargos financeiros começam a ficar bastante agravados. Sendo certo que quem concessiona, neste caso a ARH Centro ou a Agência Portuguesa do Ambiente, tem que fazer valer os deveres do concessionário, ou seja, tem de verificar se eles cumprem todos os deveres, nomeadamente no que à limpeza das praias diz respeito. A limpeza das praias é uma obrigação do concessionário, a câmara municipal integra e enquadra isso no seu plano integrado e daí não ser feita a sul, que nem sequer é território do concelho de Vagos embora seja a praia do Areão e, obviamente, é sempre conotada como uma praia do concelho de Vagos. Mas, existe, de facto, essa questão pendente que a câmara municipal está a tentar ultrapassar e em breve conta ter novidades sobre ela. Em relação à perda de mandato o senhor presidente entendeu que não foi interpolado diretamente mas, de todas as formas, deixou duas notas: a primeira, uma pequena correção, em 2010/2011 o senhor deputado estava na política estava era “*noutro lado*”, ou seja, era militante de outro partido; a segunda prende-se com os protocolos das transferências de competências que referiu, e muito bem, só a lei 75/2013 é que a prevê e, portanto, foi a partir daí que surgiu esta possibilidade, e não é uma obrigação dos municípios somente uma possibilidade bem diferente das competências que a própria lei já prevê transferir para as freguesias. Relativamente às feiras o senhor presidente concorda com o que foi dito pelo senhor deputado António Bastião e pode testemunhar, em todas elas, essa melhoria e esse contributo para a economia local, nas feiras de São Romão, Gafanha e Soza. Em relação à reativação da FLORIVAGROS este executivo já é conhecido como sendo o executivo das festas mas, obviamente, que é um objetivo e que fazia parte do programa eleitoral do PSD. Este ano entendeu-se focalizar as atenções em outras atividades, nomeadamente as comemorações dos quinhentos anos dos forais de Soza e Vagos, mas não é nada que esteja fora da agenda do executivo. Relativamente às questões levantadas pela senhora deputada Diana Santos, a qualidade da águas das fontes da freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, a situação irá ser verificada e, em articulação com o senhor presidente da junta de freguesia, ir-se-á procurar fazer análises às águas e caso se venha a confirmar o que disse a senhora deputada pelo menos uma placa será colocada a referir que aquela água está imprópria para consumo. Relativamente às estradas do concelho já foi, por diversas vezes, aqui, assumido por este executivo que há melhorias que têm de ser feitas, no caso concreto, e articulando aqui com a intervenção da senhora deputada

Carla Gouveia, em Ouça que não tem a ver com o piso que foi feito e sim com a reposição feita pela ADRA posteriormente à colocação do tapete. A câmara está a aguardar e já informou a ADRA de que não vai receber a estrada naquelas condições, ou seja, tem de ser toda fresada e repavimentada, porque esse pavimento foi pago na totalidade pela autarquia, e, portanto é assim que a obra tem de ser entregue. No que respeita aos cães vadios e abandonados é um assunto que preocupa o executivo mas esta zona costeira é propícia a abandono de animais. A câmara municipal tem feito o que está ao seu alcance e quando os serviços são alertados procuram sempre recolher os animais. Se forem animais abandonados com chip é fácil identificar e localizar o dono, que muitas das vezes até perdeu o animal, se não cumpre-se a lei, isto é, têm-se os animais no canil e depois são transferidos para o canil de Ílhavo com que a câmara de Vagos tem um acordo. Aliás, a veterinária é comum, ou seja, a veterinária da câmara municipal de Vagos faz também serviço na câmara municipal de Ílhavo, está-se a partilhar custos no que à médica veterinária diz respeito, mas existem uma série de situações que são difíceis de controlar. Em Vagos, para além desta atenção que tem, para além de promover campanhas de vacinação e colocação de chips, tem sido feita uma articulação com a Gaticão em diversas intervenções e campanhas de sensibilização, quer para a colocação de chips nos animais quer para a adoção dos mesmos, mas, infelizmente a adoção é um ritmo muito menor que o abandono. Este é um problema cada vez maior nos dias de hoje e, por isso mesmo, existe um projeto a nível da comunidade intermunicipal que consiste em criar um canil intermunicipal, porque este é um problema que afeta os onze municípios da região de Aveiro, com algum particular destaque para os municípios que têm costa. Relativamente às questões colocadas pela senhora deputada Ana Paula Mourão a ligação da zona industrial de Vagos à A17 ou a zona industrial da Mota à A25, curiosamente, é uma das grandes ambições da câmara municipal. Hoje, quando se discutem alguns projetos está-se sempre a falar em projetos intermunicipais e da ambiência da discussão da CIRA e, portanto, o senhor presidente quando chama, aqui, à discussão documentos da CIRA é porque, de facto, é absolutamente estratégico e fundamental que muitas destas decisões passem para conjugação da vontade de todos os municípios. Também, já foi aqui falado algumas vezes que o plano intermunicipal de mobilidade e transportes rodoviários da região de Aveiro, o PIMTRA, nos seus diversos conteúdos e um deles diz respeito à rede viária e estabelece uma série de prioridades, primeiras e segundas prioridades. Uma das obras que está contemplada como primeira prioridade é precisamente a ligação da zona industrial da Mota à A25 e a zona industrial de Vagos à A17. Esta é uma obra que o senhor presidente acha, e diz acha porque ainda não saíram os regulamentos todos de gestão do próximo quadro comunitário de apoios, que será bastante enquadrável numa lógica de competitividade e numa lógica de melhoria das condições das empresas, nomeadamente as da zona industrial de Vagos. A câmara municipal reconhece isso e reconhece, também, que existe necessidade de alguma intervenção na zona industrial de Vagos e, por isso mesmo, já se começou a elaborar um estudo prévio para a melhoria das condições na própria zona industrial e está-se a trabalhar nesse sentido. As boas notícias são que a zona industrial, por força, sobretudo, dos empresários mas também da ação da câmara municipal, tem a felicidade de ter bons investimentos, nomeadamente: a Invest Naturalstone, que está a investir numa nova unidade na zona poente norte da ZIV; a Motopastas, que está num projeto de ampliação; a Panedge, com um projeto de

ampliação; A Mira Hidráulica, com um projeto de ampliação; a CARB, do Eng.º Rui Batel que tem um projeto em aprovação na câmara para o lote 121; a PRIREV, que comprou dois lotes juntos às instalações e que faz tensões de ampliar; a Mistolin, que está em ampliação; A NEOCOM, que tem um projeto para aprovação. Portanto, tudo isto na zona industrial de Vagos e que são diversos projetos que estão, neste momento, nas mãos da câmara municipal e que obviamente criarão riqueza e emprego no concelho de Vagos. Quanto à questão da sinalização ir-se-á verificar as falhas e, obviamente colocar-se-á o que falta. Relativamente à senhora deputada Carla Gouveia que levantou uma questão já diversas vezes questionada por um ilustre membro do partido socialista, o senhor Paulo Gil, e já por diversas vezes foi respondida. A legislação que os dois referem diz respeito aos transportes escolares e, essa, a câmara municipal e as IPSS's cumprem escrupulosamente. As IPSS's quando fazem os transportes que são protocolados com a câmara municipal cumprem escrupulosamente essas regras: cadeirinhas, cintos e acompanhamento. No entanto, existe um outro problema, e isso já foi explicado por diversas vezes, é que existe uma legislação muito antiga, de mil novecentos e qualquer coisa, e que diz respeito aos transportes feitos pela empresa TRANSDEV que, como referiu a senhora deputada, tem quase o monopólio de transportes nesta região. Aliás, nos onze municípios da CIRA à exceção da Murtosa todos os outros dez trabalham com a TRANSDEV e isto é, efetivamente um problema. E é um problema que deriva da economia do mercado e a TRANSDEV começou a instalar-se na região e começou a comprar todas as pequenas transportadoras que existiam e, neste momento, é quase transportadora única tirando a MOVEAVEIRO, que está em processo de alienação por parte da câmara municipal de Aveiro, correndo-se o risco da TRANSDEV ficar proprietária da mesma, e a transportadora Murtoense. Como a senhora deputada deve calcular eles cumprem a lei que devem de cumprir e essa lei é que está completamente desajustada com a realidade, nomeadamente com a outra realidade que a câmara tem de cumprir, porque como se sabe o investimento inicial feito pela câmara e pelas IPSS's foi elevadíssimo para a compra de todos os equipamento, e ainda bem que assim foi. As crianças do concelho de Vagos que utilizam estes transportes são transportadas com todas as condições de segurança nos outros, infelizmente, as condições não são as mesmas e o que têm feito chegar ao senhor presidente é que a transportadora cumpre a lei que tem de cumprir. A senhora deputada Carla fez, ainda, menção aos problemas da rede viária e constituição de uma comissão de trânsito mas ela já existe e foi reativada no passado dia 19 de setembro de 2014, tendo-se realizado uma primeira reunião nesse mesmo dia. Quanto ao senhor deputado Hermes Fernandes a animação da praia da Vagueira surge porque a câmara entendeu que é uma obrigação da câmara municipal promover as praias do concelho e este ano quis-se fazer um cartaz que permitisse associar duas situações. A primeira delas prende-se com alguns investimentos que a câmara tem feito ao longo destes últimos anos e que são expensas próprias que a câmara municipal tem mas que se entendeu serem necessárias para se dinamizar a praia. A segunda foi associar, este ano, na praia da Vagueira com o projeto que existe em comum com a CIRA que é a programação cultural em rede. É um projeto financiado por fundos comunitários e permite que os municípios escolham um conjunto de iniciativas, a realizar no seu concelho, e depois esses custos são financiados por fundos comunitários. Portanto, deu-se este feliz acaso de se poder ter programação na praia da Vagueira, nomeadamente a Orquestra Filarmónica das Beiras, o Pedro Tochas, Abril histórias

suspensas, etc.. Toda esta programação fazia parte deste projeto que existe, de programação cultural em rede, e essa despesa é cofinanciada por fundos comunitários por força desta candidatura. Por outro lado, houve, de facto, um investimento que se fez e o objetivo foi alcançado e que era a praia da Vagueira ganhar uma dinâmica apetecível. Não se pode fazer este trabalho sem a conjugação com os comerciantes, e para isso foram todos ouvidos e trabalhou-se em conjunto, sendo que da parte deles houve, também, bastante investimento, o que fez com que a praia da Vagueira, este ano, estivesse na moda nesta região. Este era o objetivo e foi alcançado, porque, independentemente, da programação que existisse o que se pretendia era que as pessoas saíssem de casa e fossem à praia da Vagueira porque sabiam que ia acontecer alguma coisa. Este objetivo foi claramente alcançado, quer por aquilo que se foi recolhendo, pelo que ia chegando ao posto de turismo, através de *e-mails* que iam chegando à câmara municipal e por aquilo que se vai falando com os comerciantes. No fim da época balnear a câmara irá reunir com os comerciantes e com o presidente da junta de freguesia da Gafanha da Boa Hora, que participou ativamente neste processo, para fazer um balanço e perceber onde é que ainda se pode melhorar. Obviamente, que terá de se ter sempre em conta a contenção de custos pois não se pode, com estas iniciativas aumentar a dívida da câmara e estragar todo o trabalho que tem sido feito para que a mesma diminua. Esse é o objetivo que se quer alcançar, o de reduzir a dívida, e ainda bem que tem sido possível fazê-lo, apesar de se ter obra em execução e de ter este tipo de atividades nas praias. O senhor presidente aproveitou para dizer que relativamente à praia da Vagueira vão iniciar-se os trabalhos da obra da Requalificação da Defesa Aderente da praia da Vagueira. Relativamente à questão da ligação Boco/Quintã foi hoje assinado o contrato com a empresa PAVIAZEMÉIS, que vai fazer a empreitada, e, portanto, em breve será feita a consignação e entrada em obra pela mesma empresa. Esta é uma questão que também preocupa muito a câmara municipal. No que diz respeito aos Apoios à Arte Xávega eles já estão em funcionamento, aliás, todas essas obras já estão a ser utilizadas, ou seja, os três Apoios à Arte Xávega já estão a ser utilizados pelas três companhias. Neste momento, elas já têm sítio onde se instalar e talvez por isso este ano foi possível ter-se as três companhias, uma vez que no ano passado uma das companhias não exerceu atividade. O posto de vendagem já está a trabalhar e em relação a parte do espaço museológico foi feita uma candidatura, do qual ainda não se sabe a decisão, no âmbito do PROMAR, para o equipamento da área museológica, mas em termos de obra está concluído. A abertura do ano escolar em Vagos correu muito bem, apesar desta questão do centro escolar de Fonte de Angeão não ter sido algo do agrado da câmara municipal, porque o objetivo era abrir o novo ano escolar com os dois centros escolares a funcionar. Tal não foi possível, apenas o centro escolar da Gafanha da Boa Hora abriu. Nas outras escolas decorreu com a normalidade destes atos e está-se, neste momento, a aguardar que o instituto de emprego e formação profissional aprove a candidatura relativamente a um pedido de contratos de emprego de inserção para poder suprir algumas lacunas que vão existindo numa ou noutra escola. Assim que esses contratos estiverem em vigor então, aí sim, estar-se-á em pleno. De qualquer modo, até agora, tem decorrido tudo dentro da normalidade e assim se espera que aconteça durante todo o ano. Relativamente às festas, que o senhor deputado José Martins também falou, o município gastou mais na parte da animação da praia da Vagueira mas conta reaver, em breve, o valor desta programação cultural em rede e, portanto, o custo será o diferencial entre

aquilo que se pagou e aquilo que se vai receber. Num cômputo geral o aumento do investimento foi menor do que o aumento do impacto que teve a animação da época balnear. Apesar da animação que houve, apesar das obras, apesar dos apoios financeiros que se foram dando a redução da dívida é uma constante. Quanto à feira de Soza e à questão das placas de sinalização de facto a câmara municipal recebeu uma comunicação das Estradas de Portugal, porque elas estavam colocadas em terrenos da EP, que por sua vez comunicou à junta de freguesia de Soza e, neste momento, essa situação está já ultrapassada, ou seja, as placas foram deslocalizadas para fora dos terrenos desta entidade. Quanto aos sintéticos o senhor presidente referiu, por diversas vezes aqui na assembleia, nomeadamente na aprovação do protocolo de atribuição de apoio financeiro à junta de freguesia de Ponte de Vagos para o sintético desta junta de freguesia, que era um compromisso eleitoral assumido. Existe margem financeira para cumprir não colocando com isso em causa nem a execução financeira da obra nem uma outra área, que o senhor presidente considera fundamental, que é o apoio social. Aliás, ainda esta semana foi feito o pagamento de uma tranche que a câmara se havia comprometido com as IPSS's, tem-se estabilizado os pagamentos com as várias instituições de índole social, IPSS's, Bombeiros Voluntários, etc. e, portanto, está visto que não foram postas em causa as contas da Autarquia. As obras do relvado sintético em Ponte de Vagos e Soza estão em andamento, em Parada de Cima, no campo do CRAC, ainda não começaram mas estão prontas para arrancar. O senhor presidente referiu que qualquer investimento que seja feito nestas áreas da juventude nunca é demais e vem poupar ao Estado, anos mais tarde, bastante dinheiro em intervenções mais profundas, porque se calhar, a maior parte das vezes, não se dá o apoio devido aos jovens e eles acabam por seguir outros caminhos que levam à criminalidade e à violência. Portanto, esta é uma área em que o município quer apostar, foi um objetivo traçado no início e não se colocou em causa, com isso, a saúde financeira da câmara municipal. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana pediu para usar novamente da palavra para fazer um breve comentário, ou seja, ele referiu que quem ouviu o senhor presidente da câmara falar ficou com a sensação de que tudo está a correr muito bem e que está tudo *"às mil maravilhas"* mas, essa, não é a convicção do senhor deputado. Relativamente à escola de Fonte de Angeão, onde o senhor presidente referiu que está tudo a correr bem, para o senhor deputado não está nada a correr bem e sim tudo a correr menos bem, ou mesmo muito mal. É muito importante que o senhor presidente diga aqui aos presentes, e ao cidadão comum, o que é que se passou, o que é que se passa, o que é que falhou ali naquela obra. Terá sido má informação dos técnicos? Foi falta de fiscalização? Foi falta de monitorização? Foi a empresa? O que é que realmente falhou? O senhor presidente referiu que a abertura do ano escolar correu muito bem mas para o senhor deputado não correu, porque considera que as crianças e os pais das freguesias do sul, nomeadamente Fonte de Angeão e Covão do lobo, Ponte de Vagos e Santa Catarina, também têm direito a ter uma escola em condições. O senhor deputado pediu ao senhor presidente da câmara que se envolvesse neste processo para que isto tenha um final feliz. -----

----- O senhor presidente da câmara retomou a palavra e referiu que foi bastante claro naquilo que disse, ou seja, a obra não correu como estava previsto, teve um processo delicado nos pisos e tem estado envolvido. O senhor presidente acabou de dizer que terça-feira vai à obra e será tomada uma

decisão. Portanto, essa acusação, tal como outras, são meramente propagandistas e o senhor presidente não tem mais nada a acrescentar. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal questionou o senhor presidente da junta de freguesia de Vagos e Santo António, senhor Fernando Julião, se não pretendia usar da palavra em defesa da honra, caso se tenha sentido ofendido. -----

----- O senhor Fernando Julião respondeu que falará no momento certo que não é este. -----

----- **E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto um da ordem de trabalhos à discussão da assembleia: -----

----- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 22 DE JUNHO A 22 DE SETEMBRO DE 2014, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº 2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor presidente da câmara municipal prescindiu de expor oralmente a informação. -----

----- Não havendo intervenções o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 16 de julho de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO DOIS – PACTO DE AUTARCAS – PROPOSTA DE ADESÃO;** -----

----- Este ponto da ordem de trabalhos foi apresentado pelo senhor presidente da câmara e pelo senhor Vice-Presidente. -----

----- Assim sendo o senhor presidente começou por referir que este ponto vai ser apresentado em conjunto com o ponto três. A câmara municipal no âmbito da CIRA, que tem representados presidentes de câmara de vários partidos mais um movimento independente de Anadia, e que trabalha bastante bem, um dos diversos projetos que tem, neste momento, é o Plano da Ação para a Rede Urbana para a Competitividade e Inovação que está a ser desenvolvido em parceria com a Universidade de Aveiro. Este projeto, que surgiu no âmbito da política das Cidades Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, está integrado no Eixo 9 da Coesão Local e Urbana do Programa Operacional Regional do Centro. Resumidamente, este é um projeto financiado pela MAIS CENTRO e pretende auxiliar as Autarquias desta região a contribuir para objetivos nacionais e internacionais no domínio do desenvolvimento sustentável. Este Pacto de Autarcas é uma das iniciativas europeias sendo que esta contribuirá para a luta contra o aquecimento global, nomeadamente tomando medidas para a redução da emissão de CO2. A próxima, do “Mayors Adapt” (ponto três da ordem de trabalhos), diz respeito a esta mesma contextualização mas relativamente às alterações climáticas que provocam fenómenos extremos, e todos sabem bem o que tem custado estes fenómenos extremos nomeadamente na praia da Vagueira, do Areão e do Labrego. Estas duas ferramentas servirão para comprometer os autarcas perante as entidades europeias, e aproveitou para informar que entre o dia 06 a 09 de outubro de 2014 todos os presidentes de câmara vão estar em Bruxelas no Open Days da União Europeia onde serão discutidos vários assuntos. Associado a tudo isto estão uma série de medidas que se irão tomar, nomeadamente relativamente à monitorização, à eficiência energética, à aplicação de alguns

mecanismos de controlo e redução destes consumos. Entretanto, pediu autorização ao senhor presidente da mesa para passar a palavra ao senhor vice-presidente da câmara municipal para completar esta explicação mais técnica, porque a explicação que fez o senhor presidente da câmara foi mais uma contextualização política. -----

----- O senhor presidente da mesa concedeu a autorização e o senhor vice-presidente começou a explicação referindo que neste âmbito está já a ser feita a instalação e a operacionalização de equipamentos de medida e monitorização nas escolas e no circuito de iluminação. As escolas escolhidas foram as EB1 de Vagos, Santo André, Quintã, Soza, Calvão e um circuito de iluminação pública no Bairro de São João. Neste caso foi instalado um contador digital que irá receber a indicação dos consumos de gás e água e depois enviará para um *software* informático onde se pode monitorizar em tempo real os consumos e, eventualmente, tomar medidas para quando não está a ser utilizado se não houver consumos, como é óbvio, se houver um problema poder ser corrigido. Neste âmbito existe, também, uma auditoria energética às piscinas municipais para se saber como agir e tomar as medidas, isto numa primeira fase. A concretização deste projeto, a nível de Vagos tem um valor de trinta e seis mil oitocentos e trinta e nove euros em que Vagos assumirá 15%, mil quinhentos e vinte e cinco euros. O valor total dos municípios da CIRA será à volta de quatrocentos e trinta e tal mil euros. A concretização deste projeto implica, ainda, aquisição de serviços para a realização de auditorias energéticas, aquisição de serviços para o desenvolvimento de estudos e medidas para eficiência energética, intervenções de acompanhamento e monitorização, aquisição de serviços e bens para intervenção dos edifícios públicos e monitorização, aquisição de serviços de concessão, produção e distribuição de elementos de divulgação e informação, bem como, para realização de ações de sensibilização. Estas são algumas das componentes, sendo que umas já estão em ação e as outras irão ser feitas até ao segundo trimestre de 2015. -----

----- Relativamente a este ponto, pediu para usar da palavra o senhor Tony Richard e começou por congratular a câmara municipal de Vagos por esta iniciativa de ter assumido um compromisso em relação à luta contra o sistema moderno que faz com que o planeta comece a ficar cada vez mais pequeno e se deixe de dar conta dele, isto é, já não consegue dar aquilo que lhe é pedido. Como humanos está-se a exigir e a usar um planeta que não é nosso, ou seja, está a ser pedido emprestado aos nossos filhos e tem de ser devolvido. Mas em que estado? Isso está nas mãos de todos. O senhor deputado não sabe se a câmara municipal de Vagos estar envolvida nestas iniciativas é intencional ou se coincidiu com a Cimeira do Ambiente 2014, plano internacional de estudo de condições climatéricas, que está ao abrigo da ONU, onde estão a ser discutidas as políticas energéticas e ambientais para a defesa do planeta. Neste âmbito houve um discurso, onde de certo modo se tornou viral nas redes sociais, do ator Leonardo Dicaprio, embaixador da paz pela ONU, onde referiu que para além dos políticos terem nas mãos a possibilidade de ter a história de serem transformados em heróis ou vilões houve uma frase muito interessante: *“já não chega só mudar lâmpadas para lâmpadas compactas e de baixo consumo é preciso mais.”* Esse tipo de iniciativas, abraçadas pela câmara municipal, é uma forma de trazer um assunto importante cá abaixo, ou seja, cabe às autarquias, através da proximidade que tem com as populações, desenvolver iniciativas para alertar para este problemas, uma vez que a maior parte

das vezes a política ambiental é vista como sendo só para as altas esferas e não é bem assim. O senhor deputado perguntou se para além destas iniciativas referidas pelo senhor vice-presidente há outras junto das populações. -----

----- O senhor presidente da câmara retomou a palavra para agradecer as palavras do senhor deputado Tony Richard e esclareceu que estas iniciativas nada tiveram a ver com a Cimeira, foi apenas coincidência. Relativamente às iniciativas existem várias e, ainda esta semana, se comemorou a *Semana da Mobilidade*". Na segunda feira comemorou-se o Dia Europeu das Cidades Sem Carros e, portanto, existem uma série de iniciativas que irão de facto envolver a população e, tão ou mais importantes quanto isto, o mais importante é o acompanhamento. A câmara municipal tem a obrigação de nos edifícios públicos dar o exemplo e já se falou aqui bastante no edifício do Centro Escolar de Fonte de Angeão. Este é um edifício que tem uma parte do consumo energético suportado por um conjunto de painéis de produção fotovoltaica que permitem que este seja "*amigo do ambiente*", ou seja, permite produzir uma parte de energia que o edifício irá consumir. Portanto, existe essa obrigação de agora e no futuro até porque o próximo quadro comunitário de apoios passará muito por isto, ou seja, pela certificação energética e obras de requalificação no sentido de tornar os edifícios mais "*amigos do ambiente*" e isso é uma das prioridades da autarquia e uma das incumbências do vice-presidente que tem um conhecimento prático bastante grande nessas matérias. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade**. -----

-----O senhor presidente da assembleia submeteu o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 20 agosto de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO TRÊS – ADESÃO DO MUNICÍPIO AO “MAYORS ADAPT” (COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS);** -----

----- A apresentação deste ponto foi feita aquando da explicação do ponto dois, pelo senhor Presidente da câmara e pelo senhor Vice-Presidente. -----

----- Não havendo intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade**. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, submeteu o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 17 de setembro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO QUATRO – ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – 2014 – 1ª REVISÃO;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara municipal e referiu que um orçamento está sempre a tempo de ser revisto e é uma operação frequente. O que há de novo é que houve necessidade de incluir, com carácter de urgência, algumas obras para que possam ser concretizadas em breve, nomeadamente aquelas que seriam mais urgentes e uma delas diz respeito à reparação da Defesa Aderente da Praia da Vagueira. A câmara começou, agora, a requalificação mas existe uma obra de reparação que é fundamental fazer, que é a Sul junto ao bar “Casablanca”, porque a defesa aderente

cedeu e, portanto, antes da outra obra é necessário fazer uma reparação. O senhor presidente da câmara tem falado por telefone com o senhor presidente da APA explicando-lhe esta necessidade e, entretanto houve uma reunião com uma técnica em Lisboa na preparação desta obra que agora começou. Na reunião, entendeu-se que o mais prático era que a câmara municipal lança-se o procedimento e posteriormente fosse ressarcida, pela APA, através do fundo de proteção dos recursos hídricos, e está a ser articulado com o governo. Aliás, em breve virá cá o senhor ministro quando for a inauguração da obra Costa Nova/Vagueira e o senhor presidente aproveitará para falar exatamente isso. Depois, houve também a necessidade de incluir aquelas intervenções relativas à Biblioteca, que se falou há pouco, na esperança que a reprogramação financeira seja aprovada, onde se incluiu a verba para o fundo documental e o mobiliário. Por fim, outras duas intervenções urgentes, que houve necessidade de incluir, prendem-se com obras que vão ser iniciadas em breve, sendo que uma delas diz respeito ao projeto de infraestruturas da Parcela B do Parque Empresarial de Soza. Como se sabe está o gás a chegar à 360 STEEL onde, também, já chegaram as outras infraestruturas a rede elétrica e a de água e é necessário que se faça a adequação da intervenção depois da estrada todas as infraestruturas que lá estão a chegar. Nesta primeira fase está previsto a realização dessas obras de infraestruturas até à entrada da 360 STEEL e possibilitando depois no futuro ser conjugado com o projeto já existente, que já está em execução, para todo aquele espaço. A segunda intervenção diz respeito às obras dos apoios à Arte Xávega e Posto de Vendagem, pois há necessidade, depois da obra concluída, de fazer os arranjos exteriores. Esta primeira revisão ao orçamento e ao plano plurianual de investimentos diz respeito a algumas intervenções que eram necessárias começar e para que isso aconteça têm de ser aprovadas pela assembleia municipal para poderem ser incluídas neste documento. -----

----- Relativamente a este ponto pediu para usar da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que há aqui muita coisa para compreender, principalmente perceber de onde são retiradas algumas verbas e de onde são feitas algumas diminuições. Há aqui uma rubrica, de onde são retirados cerca de duzentos mil euros, que só diz instituições sem fins lucrativos, uma das grandes fatias, depois diz “outras” e não se sabe, realmente, para onde é que o dinheiro vai. Em oito rubricas das inscrições seis só dizem “outros”: outros serviços, outros trabalhos, etc.. O senhor deputado consegue perceber perfeitamente, porque no quadro a seguir, mais detalhado, vê-se o total de despesas de capital, mas não vê e não consegue interpretar os trezentos mil euros de despesas correntes. O senhor deputado quis também ser esclarecido se o que é retirado em funções sociais está equilibrado nas inscrições dessas obras de caráter urgente que são necessárias inscrever no plano plurianual de investimento. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana para fazer alguns reparos a esta 1ª revisão e entende as justificações que dão, para a mesma ser feita, com encargos, com instalações, com transferências às juntas de freguesia, com juros de faturas pagas nos anos anteriores no que diz respeito à despesa corrente e no que diz respeito à despesa de capital que resulta de inscrições de novos projetos no plano plurianual de investimentos, mas não conseguiu identificar qualquer projeto. E porquê? Porque o senhor Mário Castelhana olha para a documentação que lhe enviaram e vê uma nota explicativa, e aqui fez um reparo, onde é rubricada e não se vê se é pelo continuo, se é pelo assessor, se é por algum diretor, se é pelo vereador ou por quem quer que seja. Não

se vê, aqui, nem profissionalismo nem transparência e o senhor deputado quer acreditar que se trata de um lapso. No que diz respeito à locação destas verbas a que pede revisão vê-se, de facto, daquilo que foi dado como nota justificativa, encargos com instalações, cento e dez mil euros, juntas de freguesia, cinquenta e cinco mil, e nos “outros”, operações financeiras juros outros, cinquenta mil. O resto anda tudo muito nos “outros” e este planeamento, assim, é todo muito dúbio, muito incerto, não é objetivo e parece que anda a ser muito conduzido pelo escuro. O senhor deputado espera que num próximo plano e orçamento que haja efetivamente mais objetividade em nome da verdade, do rigor e da transparência. O senhor Mário Castelhana sabe perfeitamente que isto são compromissos assumidos ou a assumir até ao final do ano, mas gostaria de ver esclarecido a que se refere estes trabalhos especializados que têm uma verba de quarenta mil euros. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Mário Tarenta começando por pedir desculpas por ter chegado atrasado e por não conseguir preparar convenientemente as sessões, por não trabalhar em regime de exclusividade como deputado, para ter intervenções mais oportunas e mais apropriadas assumindo as próprias consequências negativas para a assembleia. Relativamente à rubrica os “outros” fica uma questão: *“Porque se propõe retirar, ou diminuir, na terminologia orçamental, nas dotações das IPSS’s, duzentos mil euros? É preciso acudir aos “outros” e quem sofre são as IPSS’s, quem sofre são as instituições sem fins lucrativos quando vivem extremas dificuldades, como todos nós sabemos, e sobretudo pela dificuldade manifesta de a câmara municipal, não poder honrar alguns dos compromissos financeiros que teve em tempo e recentemente com as mesmas. Se havia, pergunto eu, manifestar aqui a minha estranheza por se ter retirado às IPSS’s e porque não retirar mais aos outros? Mas se calhar retirar mais aos “outros” é retirar mais a nós e, então, vamos retirar às IPSS’s. Não haveria outra possibilidade? Eu sei que não é de ânimo leve, admito, que isto se faz mas gostaria que esta questão fosse explicada diretamente e frontalmente.”* -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e referiu que relativamente à proposta aqui presente, e quando começou a olhar para ela, também, ficou um pouco surpreso até pela dificuldade que já havia manifestado no plano dos municípios, não só no da câmara de vagos mas de todos os municípios, que têm de obedecer a estas regras e por isso muitas vezes aparece a rubrica outros. O senhor deputado, apesar de lidar com isto todos os dias, também, tem dificuldades em perceber e quando começou a ver, sem discutir a necessidade do reforço e das obras que são obrigatórias e que têm de ser cabimentadas, e a olhar para o orçamento, à primeira vista a retificação das diminuições, ficou surpreendido. Ao ver estes duzentos mil euros de redução às IPSS’s, e isto são reforços de verbas, e são diminuição de verbas, e o que aparece aqui são partes dos valores globais, o senhor deputado recordou que este executivo assumiu um compromisso de pagamento com as IPSS’s. Esse compromisso está escrito, tem sido cumprido, e o senhor presidente falou, e muito bem, que o tem cumprido e, ainda, esta semana foi efetuado um pagamento. Esta reprogramação da dívida foi aceite por todas as IPSS’s e o valor tem a ver com esta reprogramação e, portanto, não diminui nada aquilo que está assumido com todas as instituições. A assembleia municipal serve para esclarecer muitos pontos e duvidas que aparecem e o senhor Juan Carlos, tal como os todos os senhores deputados, também, tem

dúvidas quando vê, aqui, “outros” e deixa, também, essa questão na diminuição dos quinhentos e vinte mil euros. -----

----- O senhor presidente da câmara usou da palavra para esclarecer as dúvidas colocadas pelos senhores deputados. Assim sendo, começou por referir que preza que o senhor deputado Mário Castelhana tenha decorado bem o *slogan* de campanha do PSD e de facto tem sido assim, ou seja, transparência, rigor e verdade. Por diversas vezes, e desde que foi vereador com o pelouro financeiro, o senhor presidente tem-se debatido para que estas rubricas “outros” tenham uma diminuição e pode verificar-se que isso tem vindo a acontecer. Estas rubricas “outros” irão sempre existir, porque existe um POCAL que tem de ser cumprido, que é o plano oficial de contas das autarquias locais, e que no caso de não haver cabimentações em qualquer uma das rubricas anteriores fica nos “outros”. Por exemplo, “outros trabalhos especializados” pode ser uma coisa, que ainda recentemente foi feito, e não se estava a contar fazer, mas que tem um custo de aproximadamente quarenta mil euros, que é o trabalho que está a ser feito com uma consultora, a Kpmg, aprovado em sede de reunião de câmara e que diz respeito à recuperação de IVA. A autarquia fez um contrato com essa consultora que permite recuperar IVA dos quatro anos anteriores e, entretanto, já foi feito o primeiro pedido de reembolso dos dois últimos anos e, neste momento, já está na câmara municipal uma pessoa das finanças a verificar se este pedido é devido ou não. Em outros trabalhos especializados pode estar, também, este tipo de trabalhos que provavelmente não têm enquadramento em nenhuma das “outras” rubricas e, por isso, por muito que custe a todos tem de ser assim e sempre que houver necessidade o senhor presidente esclarecerá as dúvidas que possam ter. Uma coisa é certa, estas rubricas “outros” irão sempre existir, porque não há qualquer tipo de possibilidade de as ignorar. Quanto à leitura dos documentos o senhor deputado Mário Castelhana tem razão, o documento devia estar identificado, com a rubrica do chefe de divisão financeira. Aliás, reparo esse que já foi feito pela senhora vereadora na reunião de câmara e que vai ser melhorado. Neste momento, já está em funcionamento a tramitação de processos por via digital, na área do atendimento e na área financeira, e, portanto, muitos dos documentos que ainda circulam sem serem identificados irão deixar de circular. Em relação ao montante que é retirado às IPSS's o senhor presidente, aquando da apresentação do orçamento, fez referência que o valor indicado na rubrica das IPSS's, nomeadamente a rubrica 0.8.0.7.0.1., que são as transferências para as instituições sem fins lucrativos, continha toda a dívida vencida das IPSS's. Portanto, teria de ter este valor e não um menor. O que acontece é que recentemente, ainda não foi a reunião de câmara esse documento, foi acordado, informalmente, um acordo com as IPSS's no sentido de diminuir a dívida que existia e estava toda vencida, ou seja, de projetá-la um ano para a frente. Essa adequação foi feita às reais possibilidades financeiras da câmara municipal e isso tem um ajustamento imediato no que ao orçamento diz respeito, porque é uma rubrica que fica sobredotada e, portanto, tem espaço para ser diminuída. É possível cumprir os compromissos assumidos com as IPSS's com este novo valor, quinhentos e sessenta e cinco mil euros. Todos os compromissos que existem com as IPSS's até ao final do ano é possível cumprir com quinhentos e sessenta e cinco mil euros de rubrica. Aliás, neste momento, já foram executados cerca de trezentos e cinquenta mil euros desta rubrica, porque já foi, efetivamente, pago às IPSS's esse valor, tendo sido feito um pagamento em maio, outro em setembro e irá ser feito um outro pagamento,

que é o último compromisso que há para este ano, em novembro. Esta situação foi acordada com todas as IPSS's e, portanto, se a rubrica que continha toda a dívida e se foi acordado diminuir essa dívida para o ano corrente ficou um espaço orçamental que tinha de ser usado por força de todas estas intervenções. O senhor deputado diz que não vê quais são os projetos e os planos mas eles estão aqui e o senhor presidente explicou-os e mais do que isto não consegue fazer. A intenção é que são precisas realizar algumas intervenções até ao final do ano e é necessário ter rubrica orçamental para isso. Não há nenhum prejuízo para as IPSS's, aliás, o senhor presidente pediu, hoje, que fosse retirado o valor pago às IPSS's durante este ano, até ao dia de hoje, e esse valor já ultrapassa os oitocentos mil euros, incluindo os protocolos que se tem com as IPSS's para a prestação de determinado tipo de serviços. Tudo isto para dizer que irá chegar-se ao final do ano com cerca de um milhão de euros de transferências para as IPSS's, um valor substancial e que está à vista de todos. Não existe nenhum impacto na dívida e no acordo com as IPSS's e a prova de tudo isto é que se tem vindo a cumprir embora com alguns ligeiros atrasos. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria**, com 8 (oito) abstenções dos senhores deputados Filipe Mendonça Ramos, Fernando Vieira, César Grave, António Bastião, Óscar Pascoal, Ana Paula Branco, Diana Santos e Mário Castelhana. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, submeteu o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 17 de setembro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO CINCO – DIRIGENTES – CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – COMPOSIÇÃO DOS JÚRIS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e informou de que decorre da lei. A câmara municipal aprovou a estrutura orgânica e estão alguns técnicos superiores a ocupar os lugares de dirigentes mas, por força da lei, ter-se-á de abrir procedimento concursal que tem de ser aprovado pela assembleia municipal. -----

----- Não havendo intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade**. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, submeteu o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 17 de setembro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO SEIS - IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXA PARA 2015;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e informou de que a proposta aprovada em reunião de câmara foi a da manutenção do montante 0,3% de imposto para os prédios urbanos, avaliados nos termos do CIMI, porque a aprovação por parte da assembleia do valor para os prédios urbanos não avaliados foi revogada pelo orçamento de estado. O senhor presidente referiu que este foi mais um compromisso eleitoral que está a ser cumprido. -----

----- Relativamente a este ponto pediu para usar da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que lhe pareceu que a câmara municipal tem de ter a consciência de que no próximo ano não

vai receber mais dinheiro com o IMI, ou seja, as reavaliações vão diminuir consideravelmente a receita em relação a 2013. A única e possível atualização feita, a partir de agora, tem de estar de acordo com a inflação. Estas reavaliações que as pessoas pediram e que foram feitas, agora, vão diminuir esta receita de IMI. O senhor deputado quis só considerar porque lhe pareceu que o senhor presidente está a considerar receber a mesma receita, ou mais, mas não será assim. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e referiu que a nota que tem a fazer não diz respeito à taxa, porque em relação a isso concorda, e sim sobre o processo de revalorização e reavaliações que foram feitas aos prédios no concelho de Vagos. O senhor deputado considera que há, efetivamente, uma sobrevalorização patrimonial urbana no concelho de Vagos. Esse é um dos elementos que em todas as reuniões políticas devia colocar em cima da mesa, isto é, a *“bolha imobiliária”* já foi. Esse movimento especulativo que lançou os prédios para milhares e centenas de milhares, hoje, não valem isso e os contribuintes estão a pagar, precisamente, por aquilo que não tem valor real. -----

----- O senhor presidente da mesa passou a palavra ao senhor presidente da câmara que em resposta ao senhor deputado Filipe Mendonça referiu que ele deve ser a única pessoa que conhece a pensar assim, ou seja, que acha que o IMI vai diminuir. O senhor presidente não concorda e garante, mesmo, que não vai acontecer, por duas razões: primeira porque o IMI é um imposto tendencialmente crescente, e não se conhece nenhum registo de nenhuma câmara municipal que tenha visto a sua receita de IMI diminuir de um ano para o outro; segunda porque os prédios que foram reavaliados, de acordo com o CIMI, há dois anos atrás, tiveram uma cláusula de salvaguarda que permitiu que as pessoas não tivessem um impacto inicial no primeiro ano de pagamento, que foi o ano passado. Este ano continua a cláusula de salvaguarda e para o ano acaba, ou seja, com certeza existirão alguns proprietários que tiveram um aumento de setenta e cinco euros no ano passado, setenta e cinco euros este ano e que para o ano terão o diferencial. Esse diferencial pode ser mais do que os setenta e cinco euros, caso a reavaliação tenha incorrido numa despesa superior, neste caso, a duzentos e vinte e cinco euros. Se for mais do que este valor que a pessoa passa a pagar por ano vai no próximo ano pagar mais que os setenta e cinco euros da cláusula de salvaguarda que lhe permitiu não pagar esse valor durante estes dois primeiros anos. Portanto, para o ano de certeza que não haverá a diminuição de IMI, aliás, se correr tão bem para o ano como está a correr este ano e correu no ano passado a previsão que se fez no âmbito do plano de apoio à economia local está trinta ou quarente mil euros desfasada com a realidade do ano passado. Este ano não ficará muito longe disto, ou seja, quer isto dizer que a câmara previu bem a receita de IMI o ano passado, que está na linha daquilo do que se previu para este ano. O senhor presidente espera que essa receita esteja em linha com o PAEL no ano que vem. Para além disso, existe aquilo que o deputado Mário Castelhana referiu, e bem, e que tem a ver com a questão da sobrevalorização dos prédios. Entretanto, há aqui um fator que não está dependente da câmara municipal e que foi a avaliação feita pelas finanças. Existe nos quadros da lei e dos direitos que cada contribuinte tem de fazer a reclamação se não concordar com o valor e houve casos em que o processo foi reavaliado e veio dar razão ao reclamante. Por outro lado, essa questão será sempre uma questão a estar em cima da mesa, sendo certo que há uma coisa que as finanças não fazem automaticamente, e

que cabe a cada um dos cidadãos fazer, que obriga o cidadão a pedir a reavaliação porque de facto o índice dos edifícios permitem que eles sejam menos avaliados. Um edifício que tem vinte anos não pode ter a mesma avaliação que teve há vinte anos atrás, porque há uma diminuição do valor patrimonial que tem de ser considerado e é considerado. Agora, caberá ao cidadão fazer essa reclamação chamando à atenção as finanças desse facto. Foi por se ter recorrido ao PAEL que os munícipes de Vagos, naquilo que à competência da câmara municipal diz respeito, são dos munícipes da região que têm a carga fiscal mais reduzida. Contudo, entendeu-se que apesar de se estar com obra e com atividade de se diminuir a dívida não se deve sobrecarregar os cidadãos aumentando o IMI, porque poderá haver algum desfasamento com a realidade em relação à reavaliação que foi feita aos edifícios existentes. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade.** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, submeteu o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 17 setembro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO SETE - DERRAMA – TAXA PARA 2015;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e referiu que a nota explicativa está nos documentos e o que diz é que se entendeu manter as taxas de DERRAMA para 2015 iguais às de 2014.

----- Não mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade.** -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, deu início ao período da ordem de trabalhos, submetendo o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 17 setembro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO OITO – PROTOCOLO MUNICÍPIO DE VAGOS / RIABLADES, S.A./ POWER BLADES, S.A. – ISENÇÃO DE DERRAMA;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e informou de que irá fazer a apresentação deste ponto e do ponto nove em conjunto. Assim sendo, relativamente a estes pontos seguintes, Ria Blades e Plafesa, o que acontece é que na altura que foi discutido e aprovado o protocolo estabelecido com estas duas empresas uma prévia a isenção de IMI e DERRAMA nos próximos dez anos. O que a antiga lei dizia, a das finanças locais, e diz esta, é que é a assembleia municipal que pode, por proposta da câmara, municipal aprovar a isenção por dez anos, sendo cinco mais cinco. Existe um compromisso por parte da câmara municipal com estas duas empresas tão importantes para a economia local, e a que está dentro do quadro de competências da câmara, esta isenção. Este foi um processo foi tratado por via governamental, ou seja, estas isenções foram dadas pelo estado e assumidas pelo município, também de acordo com a lei. No fundo, trata-se de se conceder pelos dez anos, agora mais cinco, a isenção de DERRAMA, para a Ria Blades e a Power Blades, e não é de IMI porque esta ainda está válida nas finanças, ou seja, esta empresa só inscreveu os prédios em 2010 e, portanto, tem isenção de IMI até 2015. No próximo ano virá aqui a discussão a isenção de IMI, para esta empresa, por mais cinco anos. No caso da Plafesa é a isenção de IMI e DERRAMA porque elas vão terminar as duas este ano e

tem de ser comunicado às finanças que vai continuar a haver a isenção destes dois impostos para os próximos cinco anos. -----

----- Neste ponto pediu e usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que se lembra de em 2009 se ter manifestado contra estes dez anos de isenção e que nesta assembleia foi proposta pelo grupo do CDS os cinco anos, até porque já havia um entendimento que seria possível pela lei anterior da finanças locais que já não o permitiria. O que se está a assistir é uma renovação e o senhor deputado é de opinião se o querem fazer que o façam para todas as empresas e não só dar aos ricos, porque neste ponto ele não concorda. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Mário Castelhana e referiu que entende que o protocolo, inicialmente, também não foi muito feliz na sua redação, naquilo que contratou e naquilo que assumiu com estas empresas. A própria deliberação, também, contraria a lei, porque a própria lei admite a renovação e daí não haver, provavelmente, a necessidade de um protocolo a contemplar os dez anos de isenção e sim de cinco mais cinco, dado que as autorizações iriam muito para além do exercício de funções dos senhores que estavam na altura. Uma vez que a lei permite essa renovação teria sido melhor. No entanto, referiu que o grupo municipal do CDS, para honrar os compromissos assumidos ao arrepio da própria lei, e aqui espanta-o porque na altura o executivo tinha nas suas hostes honrados juristas, e poderiam ter feito melhor, irá votar favoravelmente porque também honra os compromissos assumidos pelos anteriores membros representantes. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins para recordar que em 2009 foi a favor, assim como a bancada do PSD, e precisamente com estas empresas. Já em 2009 o senhor deputado referiu que é um sinal importante à economia geral para o município de Vagos e para os investimentos futuros e parece que deu fruto. Existem algumas outras empresas que aproveitaram, e muito bem, as condições que o município de Vagos dá, e fala-se de grandes empresas, algumas delas com cerca de seiscentos funcionários e com milhões de investimento. Este é um sinal que se dá à economia nacional e do que o município de Vagos tem para oferecer e não é por acaso que tem uma das menores taxas de desemprego do país. O senhor deputado recordou, ainda, que em 2009 já se conhecia a “história” dos cinco mais cinco. Entretanto, deixou uma sugestão, já feita anteriormente, de serem criadas umas linhas orientadoras para a atribuição destas isenções e propôs-se, desde já, a ajudar a trabalhar nessas linhas orientadoras que cabe à assembleia municipal definir. Assim sendo, solicitou uma proposta ao executivo camarário, destas linhas orientadoras, para se poder criar limites e condições a estes pedidos de isenção de impostos. -----

----- Retomou a palavra o senhor presidente da câmara para mostrar disponibilidade, embora seja uma competência da assembleia municipal, em contribuir para esse trabalho. Ao contrário do que o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos diz, de tirar aos pobres para dar aos ricos, trata-se de um mecanismo que existe e está estipulado na lei para atrair empresas. O incentivo à instalação de empresas no concelho é muito importante e se o executivo pode, desta forma, contribuir para que isso aconteça então irá fazê-lo com certeza, e devemos premiá-las por isso. Tanto quanto à câmara municipal diz respeito irá fazer esse trabalho, ou seja, elaborar uma pequena linha orientadora, para ser aprovada em sede de assembleia municipal, baseada em alguns parâmetros. No concelho não há assim tantas isenções e

benefícios fiscais, apenas três, estas duas empresas e a Grestel. De facto foi um compromisso assumido e nestes dois casos, em concreto, ao abrigo da lei o estado se considerar o projeto de interesse nacional pode isentar estes pagamentos de impostos municipais. Se a assembleia municipal se manifestar contra o estado vai ter de ressarcir a câmara pelo valor dessa isenção, mas o senhor presidente considera que faz todo o sentido que a câmara municipal atraia este tipo de investimentos, porque, de facto, ter a possibilidade de ter cerca de seiscentos postos de trabalho na Riablades e cerca de oitenta na Plafesa não aparece todos os dias e tem de se abrir a porta a estes investidores para ajudar a desenvolver a nossa economia local. Não é só nas feiras que se dinamiza a economia local, é preciso atrair este tipo de investimento, criar riqueza e atrair pessoas para o concelho de Vagos, porque só assim é que o concelho conseguirá crescer. -----

----- O senhor deputado Juan Carlos voltou a pedir o uso da palavra para pedir um pequeno esclarecimento porque foram aqui ditas expressões que ficaram em cima da mesa tais com *“ao arrepio da lei”*. Segundo o senhor deputado são expressões graves e gostava de saber a que é que o senhor deputado Mário Castelhana se refere quando proferiu estas palavras. -----

----- O senhor presidente da mesa solicitou à câmara municipal que, juntamente com os juristas e com os técnicos superiores, elabore uma proposta, isto indo ao encontro das palavras do senhor deputado Juan Carlos Martins, de no sentido da atribuição destes tipos de benefícios fiscais poder desempatar ou discriminar positivamente entre os vários projetos. Isto porque há projetos que merecem um valor e outros que merecem outro valor em função do investimento, em função dos postos de trabalho e em função do interesse estratégico para o município em ter determinado projeto industrial no concelho de Vagos. Portanto, é um trabalho que cumpre à assembleia municipal e que o senhor presidente da mesa pede ao senhor presidente da câmara a elaboração de uma proposta que possa ser, aqui, discutida. Entretanto, referiu, também, que a Dr.^a Dina Ribeiro, líder do CDS-PP nessa altura, colocou a questão que foi devidamente esclarecida e melhor prova de que se cumpriu a lei na íntegra foi exatamente o facto de o chefe do serviço de finanças de Vagos, depois de levantar um conjunto de questões, vir a ter de reconhecer que estas deliberações produziram efeito e vinculavam o serviço de finanças de Vagos. --

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria**, com 1 (uma) abstenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos que apresentou declaração de voto: *“senhor presidente, como disse inicialmente, eu não sou contra que se cative o investimento. Sou contra os dez anos atribuídos de isenção e, portanto, não se justifica, e considero que não é justificável, esta renovação por mais cinco anos. Fiquei com a ideia no ponto quatro, aquando da revisão do orçamento e plano plurianual de investimentos, que de facto se retira, sem grande resistência, às IPSS’s, a quem dá apoio social e a quem dá educação e depois se cria tanta defesa para se retirar cinco anos de isenção de duas taxas que não são muito significativos os valores para a empresa mas se calhar para o município fazem falta. Portanto, fico com a sensação que se tira a quem procura dar apoio social e se dá aos ricos as isenções. Se calhar não merecem por mais cinco anos.”* -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, submeteu o ponto nove da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 17 de setembro de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO NOVE – PLAFESA, S.A. – ISENÇÃO DE IMI E DERRAMA;** -----

----- Este ponto foi apresentado, pelo senhor presidente da câmara municipal, aquando da apresentação do ponto oito. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria**, com 1 (uma) abstenção do senhor deputado Filipe Mendonça Ramos que apresentou declaração de voto, já transcrita no ponto oito. O senhor presidente da mesa aprovou o ponto com reservas. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, submeteu o ponto dez da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 17 de setembro à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO DEZ - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor presidente da câmara e referiu que a lei anteriormente previa que se os municípios não dissessem nada os 5% de comparticipação reverteriam para o município. Agora, coloca o ónus ao contrário e refere que se o município pretender ter os 5% tem de se pronunciar. A proposta que foi à câmara municipal, e que mereceu a aprovação, não por unanimidade, é devolver 0,5% aos municípios vaguenses, por duas razões essenciais: por um lado porque se se fala tanto que a câmara tem de cumprir o seu plano de ajustamento financeiro, que se comprometeu no PAEL, a receita que receber de IRS, cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros, é uma receita importante para o município; por outro lado a devolução de 0,5% aos municípios é um sinal importante que a câmara está a dar porque vai acrescentar, ou será acrescentado, a uma carga fiscal, no que ao município diz respeito, muito reduzida. Aliás, a mais reduzida desta região. O município de Vagos tem o IMI na taxa mais reduzida, das taxas de DERRAMA mais reduzidas, cobra menos taxa de resíduos sólidos urbanos e este conjunto que está na dependência dos municípios é, claramente, das menores cargas fiscais que existem nos municípios desta região. Por isso, entendeu-se dar o sinal aos municípios embora não colocando em causa a boa execução financeira. Este era um ponto que o município tinha dado como certo no plano de ajustamento financeiro. É certo que o plano de ajustamento financeiro a catorze anos vai ter que ser ajustado por diversas razões, nomeadamente por uma: por força do aumento do IMI, que vai existir, o estado central entende que deve deixar de existir IMT e, portanto, o município arrisca-se muito em breve a ficar sem uma receita fiscal, que diz respeito ao IMT. Muito em breve, se as coisas correrem como está, neste momento, em cima da mesa os municípios deixaram de ter a receita de IMT. Assim sendo, a compensação será feita, nas contas da administração central, por força do aumento do IMI. Ora, se o município vai perder uma receita importante, como é a do IMT, obviamente, terá de fazer um ajustamento do plano, Contudo, neste momento, entendeu-se que não era o momento adequado e estando nas mãos do município com que legitimidade é que este, que tem algumas dificuldades financeiras, devolve tudo o que pode aos municípios? A questão é precisamente essa e, por isso, neste

momento, entendeu-se devolver 0,5% do valor do IRS por ser um sinal aos municípios e não comprometer a saúde financeira do município. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS-PP vai apresentar uma proposta, ou contraproposta, a esta que a câmara municipal apresentou, que assenta nas seguintes condicionantes: *“Considerando que o município de Vagos deliberou manter as taxas de IMI e de DERRAMA para o próximo ano; considerando que o executivo deliberou, por maioria PSD, devolver aos municípios 0,5% do valor da participação variável no IRS; considerando que o aumento da receita prevista é a maior de sempre, ronda os quinhentos mil euros para o ano em curso, e devo aqui referir que oscilava entre os quatrocentos e dez e os quatrocentos e quarenta e um mil entre 2008 e 2013; considerando, ainda, que o âmbito da coleta do IRS foi alargado para pessoas com reformas a partir de quinhentos euros, e antes eram setecentos; considerando que a receita de IMI, que o senhor presidente agora acabou de falar, vai aumentar mais setecentos mil euros, em 2015, em resultado da sobrevalorização patrimonial urbana, devido à bolha e subsequente crise financeira; considerando, ainda, que o momento em que vivemos é de sufoco financeiro para as famílias derivado ao brutal aumento de impostos, e sobretudo do IMI; propomos que esta assembleia se pronuncie favoravelmente e assim ajude este executivo a ser magnânimo e partilhar com os contribuintes municipais 50% dos 5% que tem direito. Realçamos, ainda, que esta proposta é justa, é viável e não compromete, também, como o senhor presidente disse, as outras obrigações da câmara municipal. Portanto, eu irei apresentar ao senhor presidente esta proposta e espero que os senhores deputados, também da maioria, se pronunciem sobre esta e que votem favoravelmente, evidentemente.”* O grupo municipal do CDS-PP apresentou a proposta à mesa. -----

----- O senhor presidente da mesa colocou a discussão da proposta à votação. -----

----- O senhor deputado Juan Carlos Martins, porta-voz do grupo municipal do PSD, usou da palavra para referir que na discussão que tiveram sobre este ponto consideraram que qualquer valor desse género, em termos de restituição de benefício municipal, não faz sentido e pedia para justificar isto, depois, na discussão do ponto, na questão dos 0,5%. Assim sendo, votam contra a discussão da proposta. -----

----- O senhor deputado Mário Castelhana retomou a palavra para explicar mais pormenorizadamente o que se pretende com a proposta apresentada. Para tal, deu um exemplo: *“Quem paga mil euros de IRS pouparia cinco euros, com a proposta que é apresentada pela maioria do PSD e câmara, com a nossa passaria a poupar vinte e cinco euros. Com a proposta que nos trouxeram à discussão é tão irrisória, e penso que vai ter mais custos administrativos e burocráticos do que praticamente o benefício que trás. Isso é só show off, não vêm nada. E, por isso, é que eu acho esta proposta do CDS provavelmente iria custar ao município à volta de duzentos e trinta ou quarenta mil euros. Comparado com a receita que vai dar, superior, do IMI, que são setecentos mil, o senhor presidente podia ter, aqui, um gesto magnânimo para com quem paga contribuições e impostos neste país.”*-----

----- O senhor presidente da mesa submeteu à votação a discussão da proposta sendo que a mesma não foi aceite, obtendo 7 (sete) votos a favor, do grupo municipal do CDS-PP), 2 (duas) abstenções, dos senhores deputados do grupo municipal do PS, senhora Carla Gouveia e senhor António Carlos Maia, e

19 (dezanove) votos contra do grupo municipal do PSD. No momento da votação o senhor deputado Mário Tarenta encontrava-se ausente desta sessão. -----

----- Entretanto, retomada a discussão do ponto, usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins e referiu que quanto a esta proposta da câmara municipal, que subscreve, e a bancada do PSD subscreve, a competência da assembleia municipal está subjacente a uma diminuição da taxa, porque se não houvesse uma diminuição nem sequer se estava a discutir a questão. Isto é o que diz a lei 75/2013, que fala dos 5% sobre a coleta líquida que muita gente pensa que é uma redução da taxa de 5%, e não é. É uma diminuição percentual, ou seja, uma taxa é sempre estática sobre a coleta líquida, sobre o resultado final a pagar. Como numa taxa o valor, provocado por esta taxa, é sempre progressivo aí sim iria beneficiar quem mais ganha, ou seja, quem mais paga à partida, com as limitações todas das deduções à coleta é quem mais ganha, como é obvio. Portanto, isto seria um benefício para quem mais ganha e não para quem mais precisa. Quem quiser pode ir ao Portal das Finanças e pesquisar na internet uma folha de cálculo de simulação de IRS e verifica, fazendo alguns exercícios, que é isso que acontece. Portanto, não faz sentido e o grupo municipal do PSD aceita perfeitamente a explicação dada pelo senhor presidente. Tudo isto é um ciclo vicioso em termos de economia, ou seja, as isenções do IMI e da DERRAMA criam postos de trabalho e criam riqueza para as empresas que já cá estão instaladas e é um benefício que se dá, porque a criação de postos de trabalho cria IRS, cria fixação no próprio concelho e cria residência que por sua vez cria pagamento de impostos. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por maioria**, com 6 (seis) votos contra, dos senhores deputados César Grave, Óscar Pascoal, Mário Castelhana, Ana Paula Mourão, Diana Santos e António Bastião e 3 (três) abstenções, dos senhores deputados Mário Tarenta, António Carlos Maia e Carla Gouveia. -----

-----O senhor presidente da assembleia, de imediato, submeteu o ponto onze da ordem de trabalhos, aprovado em reunião ordinária da câmara municipal, realizada no dia 30 de julho de 2014, à discussão e aprovação da assembleia: -----

----- **PONTO ONZE – DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA – ACORDOS DE EXECUÇÃO;** -----

----- Antes de começar a falar sobre este ponto o senhor presidente da câmara pediu autorização para prestar um esclarecimento que considera importante. Autorização concedida esclareceu, relativamente aquilo que aqui foi afirmado, ou seja, em relação ao facto de as receitas de IMI irem aumentar no próximo ano, que já referiu que o aumento de receitas de IMI já está devidamente contemplado no plano de ajustamento financeiro e por isso é que não há margem. Relativamente ao ponto onze, da ordem de trabalhos, a delegação de competências, começou por esclarecer que a lei 75/2013 prevê automaticamente uma série de delegações de competências nas juntas de freguesia para as quais, aparentemente, não cria uma receita mas que os senhores presidente de junta sabem, porque ainda agora receberam um pequeno valor correspondente ao IMI mas que diz respeito à comparticipação que o estado entendeu dar às juntas de freguesia por força do novo quadro legal de competências que já estão delegadas na lei. Existem um conjunto de competências que não eram das juntas de freguesia e que agora são, e são desde que esta lei, 75/2013, está em vigor. Por exemplo, a reparação de uma

paragem de autocarros é competência da junta de freguesia e isto não é uma transferência delegável: *“competências das juntas de freguesia, competências materiais, artigo 16º, z) - compete à junta de freguesia promover a conservação de abrigos de passageiros existentes nas freguesias; gerir, preservar e conservar a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos; gerir e manter parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local.”* Continuando, existe um conjunto de competências que já foram delegadas nas juntas de freguesia e para esses o estado prevê o aumento de receita, nomeadamente aquela que se refere às receitas de IMI. Por outro lado, existe um outro quadro de competências delegáveis nas juntas de freguesia, ou seja, a lei estabelece que podem ser delegadas nas juntas de freguesia um outro conjunto de competências. Para isso acontecer é preciso que haja vontade da câmara municipal e das juntas de freguesia. A câmara iniciou há já algum tempo um processo de negociação com as juntas de freguesia e chegou-se à conclusão que era de avançar para a delegação de competências e, portanto, este era o primeiro passo que tinha de ser dado. De seguida a lei também diz que estas competências só podem ser delegadas caso o erário público fique a ganhar, ou seja, tem de ser feito um cálculo e um estudo relativamente às despesas feitas nestas áreas a transferir para que depois no acordo de delegação de competências ele não seja mais oneroso para os cofres do município do que aquilo que seria feito com recursos próprios da câmara municipal. Esse trabalho foi feito de forma exaustiva e contribuiu muito para isso uma ferramenta que a câmara municipal tem neste momento a funcionar que é contabilidade de custos, que permite avaliar item por item os custos de determinadas áreas. Em termos financeiros o objetivo era que no final se conseguisse chegar à duplicação do FEF, porém, chegou-se à conclusão que os custos, incorridos pela câmara municipal, médios nos últimos dois anos era superior a esse valor e, portanto, a câmara não podia transferir o valor integral da duplicação do FEF. Ainda assim, e porque se entendeu que esta é uma mais-valia para as populações, não faz nenhum sentido alguma discussão que se tem tido sobre este tema, até porque existe todo o interesse do partido social democrata, representado em sete das oito juntas de freguesia, de fazer esta delegação de competências porque há confiança nos presidentes de junta, incluindo a que não faz parte dos sete do PSD. Obviamente, que os presidentes de junta de freguesia têm sido tratados de forma igual, independentemente do partido político a que pertencem. Para além disto, chegou-se a um valor de 75% do FEF, que será transferido para as freguesias no âmbito deste protocolo de delegação de competências. Entretanto, era preciso chegar ao montante de cada freguesia e a câmara municipal não conhece nenhum mecanismo que tenha tão em conta todos os fatores, que devem ser tidos em conta, para esta distribuição, do que o FEF. Isto, porque o FEF inclui e tem em conta a área da freguesia, a dimensão em termos de população, e mais alguns fatores, e entendeu-se que se podia colar a este FEF e fazer as transferências para a junta de freguesia. Qual é a obrigação das juntas de freguesia? Ao abrigo deste protocolo de transferência de competências têm de cumprir todas as competências que lhes são delegadas, entregar relatórios trimestrais e fazer o acompanhamento em conjunto com a câmara municipal da realização e concretização destes mesmos acordos de transferência. Contudo, isto não impediu que a câmara municipal ao longo deste período, em que se esteve a discutir o tema, e daqui para a frente, ajude e auxilie as juntas de freguesia naquilo que continuam a ser as competências próprias das juntas de freguesia. Quando uma junta de freguesia,

porque não tem meios para reparar um caminho rural, pede à câmara municipal de Vagos uma máquina, ou uma niveladora ou que quer que seja, esta continuará a fazer esse trabalho em conjunto, apesar de ser uma competência própria da junta de freguesia. Resumidamente, e para aqueles que foram presidentes de junta em mandatos anteriores, para aqueles que foram e hoje já não são é uma situação um pouco estranha porque durante quatro anos, e o senhor presidente acompanhou enquanto vereador com o pelouro das finanças, as juntas tiveram que despende muitas verbas para fazer estes trabalhos que hoje se vão transferir. Muitos desses autarcas até se sentem, de uma certa forma, injustiçados porque, neste momento, os novos presidentes de junta de freguesia vão receber um valor para um trabalho que era exercido no passado, e muito bem, pelas juntas de freguesia. É um trabalho de proximidade que se entendeu, e pelo que foi a aceitação das oito juntas de freguesia, ser útil à população ficando esta melhor servida. Este é um investimento avultado que a câmara municipal vai fazer mas é um investimento em que a população vai ficar bastante melhor servida. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos pediu e usou da palavra o senhor presidente de junta de freguesia de Soza, Fernando Vieira, e referiu que não está com hostilidades, antes pelo contrário, a junta de freguesia já deu resposta. Entretanto, informou de que na lei 75/2013 no artigo 132º, b), que teve de mostrar algumas vezes durante este ano, diz lá que até à execução e entrada em vigor dos acordos a competência permanece na câmara municipal. O senhor Fernando Vieira é completamente de acordo, sempre foi, já no tempo do presidente da assembleia enquanto presidente de câmara, de acordo com esta delegação de competências, porque considera que dá uma autonomia importante às juntas de freguesia embora, essa autonomia, esteja de alguma forma condicionada pela apresentação de documentos. Se assim não fosse provavelmente, também, não fazia sentido, porque alguns presidentes de junta poderiam não gastar a verba nas competências devidas, e, portanto, faz todo o sentido é uma medida muito justa. No entanto, permanece ali alguma mágoa e algum mau estar, por duas razões: por a verba não ser maior porque *“quem pede quer sempre mais e quem dá acha sempre muito”*; por ainda ninguém ter conseguido explicar porque é que o protocolo só vai ser assinado em outubro, quando os concelhos vizinhos já o fizeram em março e em abril e quando a lei diz que os acordos devem ser feitos até cento e oitenta dias após a instalação do órgão. Em relação ao resto podem continuar a confiar e venham os 75% para se começar a trabalhar como deve de ser. -----

----- De seguida pediu e usou da palavra o senhor deputado Filipe Mendonça Ramos e referiu que enquanto ouvia a intervenção do senhor presidente da câmara recordou algumas situações que politicamente acontecem, porque por vezes as juntas têm competências mas não têm os meios. Uma junta de freguesia que politicamente possa estar de um ponto de vista adverso da câmara tendo a competência e não tendo os meios, estando dependente da câmara, politicamente pode criar situações complicadas. Portanto, a todos os autarcas de Vagos tem de haver muito bom senso, nestas questões, para que não se faça nem utilização daqueles que têm as competências e que se desculpam na câmara que não cede os meios e vice-versa. -----

----- Entretanto, usou da palavra a senhora deputada Carla Gouveia e referiu que embora o voto seja positivo quis colocar uma questão, que tem a ver com o atraso na aplicação desta lei, isto é, se as despesas feitas até agora são ilegíveis nesta atribuição de competências. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Juan Carlos Martins para perguntar qual foi a aceitação dos presidentes de junta na apresentação da proposta. -----

----- O senhor presidente da câmara municipal retomou a palavra para responder às questões colocadas pelos senhores deputados. Assim sendo, dirigiu-se ao senhor Fernando Vieira, presidente da junta de freguesia de Soza, e esclareceu que felizmente entre os dois não existe nenhuma hostilidade ao contrário daquilo que às vezes se faz passar, porque se tem trabalho bem em prol da população e é isso que se vai continuar a fazer. Em relação às verbas, o senhor presidente referiu que quando a câmara as recebe do governo também gostava que fossem muito maiores mas é um ciclo. Este tipo de acordos pode e deve ser revisto e se houver essa possibilidade, de acordo com os quadros legais, não haverá qualquer tipo de problemas. Em relação ao prazo para a assinatura dos protocolos a lei refere que deve se feita nos cento e oitenta dias mas não refere o que é que acontece se não for, ou seja, não existe nenhuma obrigação de se fazer, até porque pode não ser entendimento da câmara municipal de fazê-los. Há vários municípios que não fizeram, nomeadamente, os municípios vizinhos. Agora, esse processo negocial tem que iniciar mas não quer dizer que tenha de ser concluído, o que a lei diz é que se tem de iniciar o processo negocial. Esta delegação de competências é para fazer face a estas despesas, previstas nos protocolos, e não outras e por isso é que terá de haver relatórios de acompanhamento feitos pela junta de freguesia e acompanhados pela câmara municipal no sentido de se perceber se o que foi delegado está a ser cumprido ou não. Se não estiver a ser cumprido, e o próprio protocolo prevê isso, é cessado o acordo imediatamente. Quanto ao valor do que está para trás, obviamente, que o acordo é válido daqui para a frente e não daqui para trás. Se a câmara municipal não tinha que o fazer o que foi falando com os senhores presidentes de junta é que contavam com o apoio da autarquia em outras situações enquanto não se estabelecesse este protocolo de delegação de competências. Obviamente que há aqui um prazo, e isto foi aprovado em julho na câmara municipal depois enviado às juntas de freguesia para ser aprovado em assembleia de freguesia e só depois voltou à câmara para ser remetido à aprovação da assembleia municipal. Em resposta à pergunta do senhor deputado Juan Carlos Martins o conjunto das oito juntas de freguesia aprovou a delegação de competências, bem como as respetivas assembleias de freguesia. Agora, o que falta é apenas a aprovação desta assembleia, se assim o entenderem, e depois agendar a assinatura dos protocolos delegação de competências e, se financeiramente for possível, fazer de imediato um primeiro pagamento correspondente a uma parte deste último trimestre. Apesar da obrigação só ser no fim do trimestre, depois de verificadas as execuções, mas a autarquia irá fazer essa antecipação caso haja possibilidade financeira. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado, por unanimidade**. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor presidente da assembleia municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

----- Não havendo público a intervir, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da ata. -----

----- De imediato o segundo secretário, senhora Maria Graça Matias Gadelho, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor presidente da assembleia municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e uma horas e trinta e quatro minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo presidente da mesa. -----

----- **O presidente,** _____